

Repensando as Políticas Públicas e suas Territorialidades

Rethinking Public Policies and their Territorialities

Repensando las Políticas Públicas y sus Territorialidades

Caio Cezar Cunha

Universidade Estadual de Londrina - UEL
caiocezar.cunha@uel.br

Resumo: O texto aborda a necessidade de transcender a visão tradicional do território como uma simples demarcação administrativa, destacando sua dinamicidade e complexidade enraizadas em histórias, relações sociais e culturais. Aponta que as estruturas administrativas muitas vezes são inadequadas para lidar com as demandas das populações locais, enquanto uma abordagem excessivamente subjetiva pode negligenciar aspectos essenciais da realidade local. Destaca o potencial dos estudos de desenvolvimento territorial para superar essa dicotomia, enfocando a cooperação e a práxis territorial. A integração das concepções de desenvolvimento e território revela a amplitude das características sociais que produzem vínculos e redes de cooperação. Finalmente, propõe uma reflexão sobre esses conceitos visando políticas públicas mais inclusivas e sensíveis às realidades locais, reconhecendo a complexidade das interações entre sociedade, espaço e tempo na construção de comunidades sustentáveis.

Palavras-chave: Desenvolvimento territorial. Práxis territorial. Gestão territorial. Política Social.

Abstract: The text addresses the need to transcend the traditional view of territory as a mere administrative demarcation, highlighting its dynamism and complexity rooted in histories, social, and cultural relations. It points out that administrative structures often prove inadequate in addressing the demands of local populations, while an excessively subjective approach may overlook essential aspects of local reality. It underscores the potential of territorial development studies to overcome this dichotomy, focusing on cooperation and territorial praxis. The integration of development and territory concepts reveals the breadth of social characteristics that produce bonds and networks of cooperation. Finally, it proposes a reflection on these concepts aiming for more inclusive and sensitive public policies towards local realities, recognizing the complexity of interactions between society, space, and time in the construction of sustainable communities.

Keywords: Territorial development. Territorial praxis. Territorial management. Social policy.

Resumén. El texto aborda la necesidad de trascender la visión tradicional del territorio como una simple demarcación administrativa, destacando su dinamicidad y complejidad arraigadas en historias, relaciones sociales y culturales. Señala que las estructuras administrativas, a menudo, son inadecuadas para hacer frente a las demandas de las poblaciones locales, mientras que un enfoque excesivamente subjetivo puede descuidar aspectos esenciales de la realidad local. Destaca el potencial de los estudios de desarrollo territorial para superar esta dicotomía, centrándose en la cooperación y la praxis territorial. La integración de las concepciones de desarrollo y territorio revela la amplitud de las características sociales que producen vínculos y redes de cooperación. Finalmente, propone una reflexión sobre estos conceptos con el objetivo de desarrollar políticas públicas más

inclusivas y sensibles a las realidades locales, reconociendo la complejidad de las interacciones entre sociedad, espacio y tiempo en la construcción de comunidades sostenibles.

Palabras clave: Desarrollo territorial. Praxis territorial. Gestión territorial. Política social.

Introdução

Ao adentrar o campo das políticas públicas, é fundamental transcender a visão convencional do território como mera demarcação administrativa. O território, longe de ser apenas um espaço delimitado para a implementação de ações governamentais, é uma entidade viva, enraizada em histórias, relações sociais e dinâmicas culturais que transcendem suas fronteiras físicas. Por esse motivo, emerge a necessidade premente de uma abordagem mais sensível, capaz de compreender as complexas interações entre as comunidades locais e o ambiente ao seu redor.

A rigidez das estruturas administrativas, embora ofereça certa organização, muitas vezes se revela inadequada para lidar com as demandas multifacetadas das populações. As políticas públicas, quando baseadas exclusivamente nesses modelos predefinidos, tendem a falhar em atender às necessidades individuais e coletivas de maneira eficaz. Por outro lado, uma abordagem excessivamente subjetiva pode perder de vista a concretude do território, deixando de lado aspectos essenciais da realidade local.

Nesse contexto, os estudos de desenvolvimento territorial oferecem uma via promissora para superar essa dicotomia aparente. Ao focar a cooperação e a práxis territorial, esses estudos buscam não apenas entender as especificidades de cada contexto, mas também, capacitar as comunidades locais a se tornarem agentes ativos de mudança em seus territórios.

No entanto, para efetivamente envolver essa abordagem, é crucial aprofundar a compreensão das *territorialidades* e *temporalidades* que moldam os territórios. Somente ao reconhecer e valorizar esses elementos é que poderemos verdadeiramente interpretar e promover o desenvolvimento territorial de maneira significativa e sustentável. Tendo isso em vista, o texto busca trabalhar uma reflexão sobre estes conceitos dialogando com autores dedicados na discussão de desenvolvimento territorial objetivando abrir novos horizontes e propor outros caminhos para políticas públicas mais inclusivas, sensíveis e alinhadas com a realidade dos contextos locais.

O dilema do território na política pública

Para discutir o desenvolvimento territorial de forma eficaz, é fundamental partir do conceito de território como um elemento central nesse diálogo. Nas políticas públicas, compreender o conceito de território é essencial para analisar as dinâmicas presentes em sua estrutura. Nesse sentido, é importante perceber o território não apenas como um espaço físico delimitado administrativamente para a implementação de ações de gestão. O território apresenta uma complexidade que vai além de suas fronteiras definidas, pois sua territorialidade já está estabelecida mesmo antes da criação de uma delimitação formal e quantitativa na esfera pública.

Embora a padronização do território seja necessária em muitos contextos, ela muitas vezes é insuficiente para atender às demandas e implementar políticas sociais eficazes. Na prática, observa-se que o enfoque estrito no território administrativo mostra-se limitado em sua capacidade técnica e metodológica para compreender as realidades específicas e subjetivas das pessoas que necessitam do apoio do Estado em suas vidas cotidianas. Além disso, há uma carência de métodos eficazes para identificar as potencialidades locais e fornecer os recursos necessários para estimular novas oportunidades e promover a autonomia.

Por outro lado, ao adotar uma abordagem mais subjetiva e reflexiva do território, podemos compreender melhor os fenômenos observados no campo. No entanto, essa abordagem também pode ser excessivamente abstrata e teórica, perdendo de vista a concretude do lugar e as identidades locais. É essencial encontrar um equilíbrio entre essas perspectivas, de forma a integrar tanto as dimensões objetivas quanto subjetivas do território, a fim de promover um desenvolvimento territorial mais inclusivo e sustentável.

Do conceito território ao desenvolvimento territorial

Encontra-se nos estudos de desenvolvimento territorial voltados a cooperação e *práxis* territorial, um caminho que auxilie a problemática do conceito de território e promova novos rumos metodológicos para interpretar e compreender as especificidades. Quando é discutido políticas

públicas, defende-se a possibilidade de gerar uma interpretação mais tangível da vivência dos indivíduos, promovendo formulações mais efetivas e simétricas com a realidade dos contextos. Para entrar nesta discussão, julga-se necessário compreender mais a fundo as *territorialidades* e as *temporalidades*, pois, é por meio destes conceitos que se acredita apreender a infinidade de processos e fenômenos que substantivam (i)materialmente o território, para desta forma, poder interpretar os processos de desenvolvimento territorial de modo mais efetivo.

Saquet (2015, p. 107) coloca que tanto as *territorialidades* como as *temporalidades* são históricas e relacionais/coexistentes, elas acontecem ao mesmo tempo e possuem caráter econômico, político, cultural e ambiental. Com isso, será detalhado estes dois fenômenos segundo apontamentos do autor, em que os separa de modo a simplificar seu entendimento. Saquet (2015, p. 108) divide as *territorialidades* em quatro níveis correlatos:

- a. Como relações sociais, identidades, diferenças redes, malhas, nós, desigualdades e conflitualidades;
- b. Como apropriações do espaço geográfico, concreta e simbolicamente, implicando dominações e delimitações precisas ou não;
- c. Como comportamentos, objetivos, metas, desejos e necessidades;
- d. Como práticas espacio-temporais, pluridimensionais, efetivadas nas relações sociedade-natureza [...].

Todos os quatro níveis de *territorialidade* que apresenta, estão intrínsecos a noção de apropriação do território pelos sujeitos desenvolvendo as relações entre si (de poder) e as relações com a natureza exterior, por meio de mediadores materiais (técnicas, tecnologias, máquinas etc.) e imateriais (conhecimentos, saberes, ideologias etc.). O motivo de apresentar o conceito de territorialidade ganha um elemento que contribui para o objetivo de avançar além da compreensão de território como “abordagem pluridimensional, relacional, reticular e histórica” (Saquet, 2015, p. 108). Para assumir também “uma conduta crítica e operativa de ação, que passa a envolver situações de conflitualidades, apropriações, domínios, contradições, lutas de classe, disputas e estratégicas territoriais” (Saquet, 2017, p. 70). A territorialidade passa a incorporar a característica de mobilização, organização e luta política a favor de um desenvolvimento

mais justo. Nesse sentido, ressalta-se mais dois nomes que passam a integrar a noção do conceito e que direcionam à particularidade do presente objeto: a *territorialidade como cooperação* e *territorialidade como solidariedade*. Como cooperação, entende-se:

[...] um sentido de *ação* e um sentido de *movimento* [...] enquanto *ação*, significa a disposição, o empenho, o compromisso de apoiar, de fazer com, de empreender com [...]. Enquanto *movimento*, nos remete a história da humanidade cujas primeiras civilizações se caracterizam pela vida em coletividade (Jesus; Tiriba, 2003, p. 49). O Esforço precisa acontecer em favor da coletividade do caráter dialógico, da realização dos objetivos comuns e da conquista de autonomia decisória. (Saquet, 2017, p. 70)

Saquet (2017) desmembra a territorialidade para detalhar a dimensão do conceito, trazendo a noção de cooperação encontrada em Kropotkin (2012 [1902]) como uma *tendência do homem*. Dessa forma, entende-se a *territorialidade como cooperação* como perspectiva de uma *práxis* dialógica e reflexiva. A investigação necessita estar voltada PARA e COM os sujeitos em determinado território buscando o desenvolvimento territorial de base local, ou seja, a partir dos sujeitos e para os sujeitos.

Da mesma forma que Saquet (2017) se utiliza da concepção de natureza e do evolucionismo do homem de Kropotkin (2012 [1902]) para expor e exemplificar a *territorialidade como cooperação*, utiliza para apresentar a *territorialidade como solidariedade*. Nesta sequência, aplica-se uma passagem de “Ajuda Mútua: um fator de evolução” de Kropotkin, na qual coloca que:

[...] nem os poderes esmagadores do Estado centralizado, nem os ensinamentos de ódio e de luta impiedosa, disfarçados de atributos de ciência, vindos de filósofos e sociólogos serviçais, conseguiram eliminar o sentimento de solidariedade profundamente enraizado no coração e na mente dos seres humanos, já que ele foi alimentado por toda a evolução precedente. O resultado da evolução, desde seus estágios mais primitivos, não pode ser superado por um dos aspectos dessa mesma evolução. E a necessidade de ajuda e

apoio mútuos, que nos últimos tempos se refugiou no estreito círculo da família, de vizinhos de favelas, da aldeia ou da associação secreta de trabalhadores, reafirma-se novamente, mesmo em nossa sociedade moderna, e reclama seu direito de ser, como sempre foi, o principal motor do progresso. (Kropotkin, 2009, p. 225).

Kropotkin (2009) é direto sobre a questão de autonomia e organização dos indivíduos, o autor defende a sociabilidade, ajuda mútua e o retorno ao conceito de “aldeias” ou “comunidades” como o maior instrumento de luta pela vida e equidade. Faz menção a sociedades antigas que sempre trabalharam em cooperação em pequenos grupos para garantir a sobrevivência. Preocupava-se com a adequação de seu discurso de acordo com as concepções de espaço e de tempo ou como podemos afirmar: de territorialidades e temporalidades, o que não deixava suas proposições utópicas.

Atentava-se para a concentração dos sujeitos na cidade e a expansão do capitalismo, defendendo que o homem necessita de cooperação ao trabalhar em pequenas comunidades, não excluindo a necessidade de utilização da tecnologia a favor destes pequenos grupos. “Naturalmente seria um grande erro imaginar que a produção industrial deve voltar ao seu estado de trabalho manual [...]. Sempre que uma economia de trabalho humano puder ser obtida por meio de uma máquina, a máquina é bem-vinda” (Kropotkin, 2002, p.32). Com esta passagem de Kropotkin é possível identificar e utilizar como um dos exemplos as *temporalidades* e as mudanças visíveis nas concepções de cooperação, organização social e autonomia no *território* com o passar do *tempo* de maneira mútua.

É certo que processos territoriais e temporais são vividos ao mesmo tempo. Segundo Saquet, “[...] as *temporalidades*, significam ritmos lentos e mais rápidos, desigualdades econômicas, diferentes objetivações cotidianas e, ao mesmo tempo, distintas percepções dos processos e fenômenos, ou seja, leituras que fazemos dos ritmos da natureza e sociedade” (Saquet, 2015, p. 110).

Ao trabalhar com território de gestão das políticas sociais, nota-se a necessidade de se empregar esses fundamentos, pois dão autenticidade às particularidades evidenciadas nos territórios que são trabalhadas as

políticas de amparo. Particularidades com ampla diversidade e que são geradas a todo o momento por meio das relações dos indivíduos, com ele próprio, com os outros e com a natureza exterior. As diferentes fases/períodos que constroem e desconstroem os lugares, territorializam, desterritorializam e reterritorializam, concretizam processos que criam identidades e apropriações (i)materiais em diversos níveis de dominação e mostram, ao ser analisados, as particularidades mais intrínsecas de seus atores.

Assim podemos considerar as *temporalidades* manifestadas nos territórios a partir dos sujeitos/atores que o criam e recriam. Sujeitos que também estão em constante relação “[...] o território só se efetiva quando os indivíduos estão em relação com outros indivíduos, significando interação plural, multiforme e unidade na diversidade” (Saquet, 2015, p. 111), significando interação material e imaterial entre sujeitos-atores e as *territorialidades* e *temporalidades*.

É indispensável reconhecer as identidades, bem como as desigualdades – dentro do contexto de gestão – por meio de abordagens que identifique o movimento histórico, “plural, trans-multiescalar e transtemporal” (Saquet, 2017, p. 124), com o intuito de auxiliar as demandas e objetivos nas políticas sociais, adequar metodologias, elaborar propostas e realizar ações para um desenvolvimento territorial mais efetivo e com justiça social. Utilizar meios para que possibilitem as iniciativas de construção de identidades com participação de sujeitos-atores em conjunto com universidades, prefeituras e órgãos responsáveis para materializar uma gestão mais participativa e geradora de emancipação e autonomia.

Nesse contexto, há necessidade de apresentar a discussão de desenvolvimento territorial, juntamente com o desenvolvimento social que, alinhado a temática, é uma problemática territorial e que deve ser analisado e interpretado de modo a apresentar direcionamentos pertinentes que amparam tomadas de decisão inteligentes e condizentes com as distintas realidades.

Se quisermos distinguir certas das erradas – as ‘verdadeiras’ das ‘falsas’ – a maneira mais simples é perguntar-nos onde

nos levam as decisões individuais e coletivas, privadas e públicas que tomamos em relação a tais interpretações. Se considerarmos que estas melhoram consideravelmente o nosso ambiente de vida, sem piorar o de que mora em outras partes do planeta, podemos afirmar que são geografias ‘verdadeiras’. Com a palavra ‘verdadeiro’ queremos dizer, então uma ‘justa’ e eficaz performativa. E ‘justo’ não é só o que chega de uma demonstração teórica, mas também, sobretudo, o que, através de conhecimentos cientificamente fundados, revela-se sustentável, considerando todas as declinações da sustentabilidade: ambiental, econômica, social, cultural. [...] (Dematteis, 2008, p. 12-13).

É neste sentido que se considera necessário apropriar da discussão de cooperação, desenvolvimento territorial e da *práxis* como abordagens significativas na viabilização das políticas territoriais. A *práxis* é ativa e evidencia a dimensão inerente entre teoria e prática humana. Nas palavras Karel Kosik:

A *práxis* na sua essência e universalidade é a revelação do segredo do homem como ser ontocriativo, como ser que cria a realidade (humano-social) e que, portanto, compreende a realidade (humana e não humana, a realidade na sua totalidade) A *práxis* do homem não é atividade prática contraposta à teoria; é determinação da existência humana como elaboração da realidade. (Kosik, 2002 [1976], p. 202).

É por meio das manifestações de vida, do desenvolvimento e da atividade prática do homem, que se procura dar sequência em busca de bases teóricas que auxiliem a compreensão prática e real do apresentado, bem como apresentar percepções e metodologias aplicáveis à vida dos indivíduos que estão em constante movimento.

Estas bases são válidas para alcançar a compreensão de um conceito que examine e esclareça as necessidades nossas e de outros, que vivem e estão nos territórios – que podem ser considerados como barreiras espaciais (i)materiais – mas também podem ser o caminho para conquista de autonomia e sustentabilidade. E o conhecimento produzido em nível de sociedade local vinculado às relações existentes, é o foco da abordagem que se ocupa. Saquet coloca que: “[...] o pesquisador precisa ser um sujeito

consciente e ativo nos processos que estuda, reflexivo, trabalhando em redes de cooperação com outros pesquisadores e especialmente com os sujeitos estudados” (Saquet, 2015, p. 126).

A partir de leituras, é possível elencar alguns pontos fundamentais (Quadro 1 - Pontos fundamentais para o desenvolvimento territorial e autonomia

Fonte: Elaboração dos autores

) que estão espontaneamente incluídos no debate de desenvolvimento territorial que se preocupa com a viabilização da autonomia.

Social	Erradicação da pobreza
Cooperação/participação	Protagonismo dos atores envolvidos e sua participação nas tomadas de decisão
Referência conceitual	O território como referência para execução das ações
Natureza/ambiental	A preocupação com práticas mais sustentáveis

Quadro 1 - Pontos fundamentais para o desenvolvimento territorial e autonomia

Fonte: Elaboração dos autores

Em base dos quatro pontos elencados, e, em função do foco entre desenvolvimento e território, é trabalhado alguns apontamentos com o intuito de esclarecer a utilidade do conceito que está embutida nos processos metodológicos de pesquisa e sua efetividade na transformação social. O Quadro 2 - Síntese da compreensão de desenvolvimento territorial.

Fonte: Saquet (2019, p. 28)

esclarece e sintetiza de modo preciso esta compreensão.

Desenvolvimento	Território	Desenvolvimento territorial
------------------------	-------------------	------------------------------------

<p>Tem distintos significados, de acordo com cada projeto e/ou programa, grupo e classe social, em cada relação espaço-tempo; é qualitativo, pluridimensional, popular, participativo, ecológico, dialógico e reflexivo, auto organizativo e público; é singular em cada relação espaço-tempo.</p>	<p>É formado histórica, social e naturalmente; contém redes de distintas escalas, identidades e diferenças, relações de poder (dominação, hegemonia, resistência, luta e contra-hegemonia), territorialidades e temporalidades.</p>	<p>Contém vínculos sociais e territoriais, tradição e inovação, confiança e identidade político-cultural, dispersão e articulação produtiva, redes de cooperação e especialização produtiva, concorrência e sinergia, potencialização das características endógenas de cada comunidade, pertencimento, proximidade e enraizamento; significa, necessariamente, conteúdos públicos e populares, participativos e dialógicos, reflexivos e ecológicos, numa práxis contra hegemônica efetivada de acordo com as singularidades de cada espaço-tempo-território, com suas gentes, necessidades, desejos e ecossistemas.</p>
--	---	--

Quadro 2 - Síntese da compreensão de desenvolvimento territorial.

Fonte: Saquet (2019, p. 28)

Com essa sistematização, é possível compreender de modo desmembrado a relevância das concepções de desenvolvimento e território, os quais, trabalhados em diversas noções e particularidades, em que o desenvolvimento tem a flexibilidade de acordo com cada processo em que é submetido, e o território com suas infinitudes de formações, histórico, social, cultural, nas escalas, identidades e diferenciações. Quando unidos, entende-se a amplitude que assume ao integrar características sociais produtora de vínculos, criando noção de comunidade com identidade político-cultural, redes de cooperação dialógica, participativa e que se concretiza na prática de acordo com cada particularidade das ações que são desenvolvidas.

Segundo Dematteis:

O desenvolvimento tem uma natureza dialética, contraditória e conflitual; é caracterizado por processos econômicos, políticos e culturais em certos ecossistemas naturais e locais; os sujeitos são capazes de se organizar autônoma e coletivamente por meio das relações e redes internas e externas ao local tentando garantir a autorreprodução dos

processos de desenvolvimento articulados territorialmente em nós de redes locais e extralocais (Dematteis, 1994, 1995, s.p.)

O desenvolvimento é resultado da auto-organização social e consciente, *multidimensional* e contínuo no tempo, vinculado à *autoconfiança* coletiva à atuação cooperativa e solidária (Boiser, 2004 p. 28) no nível de cada território e de acordo com cada grupo e classes sociais.

Para o francês Bernard Pecqueur, o desenvolvimento territorial se caracteriza a partir da constituição de uma entidade produtiva enraizada num espaço geográfico (Pecqueur, 2005, p. 12). O desenvolvimento territorial não pode ser implantado ou instituído, é necessária uma construção dos atores, mesmo que políticas públicas direcionadas estimulem esses atores, são os sujeitos que viabilizam o processo de desenvolvimento, e essa construção só pode ser concebida como uma dinâmica que está inserida no tempo. O espaço e o tempo, são fundamentais no mecanismo de territorialização que permitirá a busca por recursos próprios ao território, com base em suas singularidades e, conseqüentemente, a elaboração de estratégias de organização de economia local face a se diferenciar – em termos de qualidade – em relação a serviços ou produtos já padronizados em escala global.

Considerações finais

Ao explorar as complexidades das políticas públicas e do desenvolvimento territorial, é evidente a necessidade de transcender a visão convencional do território como uma simples demarcação administrativa. O território é muito mais do que isso; é uma entidade dinâmica, enraizada em histórias, relações sociais e culturais que se estendem para além de suas fronteiras físicas. Portanto, requer uma abordagem mais sensível, capaz de compreender suas complexas interações com as comunidades locais e o ambiente.

Embora as estruturas administrativas possam oferecer certa organização, sua rigidez muitas vezes é inadequada para lidar com as demandas das

populações locais. As políticas públicas, quando baseadas exclusivamente nessas estruturas predefinidas, tendem a falhar em atender às necessidades individuais e coletivas de forma eficaz. Por outro lado, uma abordagem excessivamente subjetiva pode ignorar aspectos essenciais da realidade local.

Nesse contexto, é possível notar que os estudos de desenvolvimento territorial oferecem uma oportunidade promissora para superar essa dicotomia. Ao focar a cooperação e a práxis territorial, esses estudos buscam subsidiar comunidades locais a se tornarem agentes ativos de mudança em seus territórios, reconhecendo e valorizando suas territorialidades e temporalidades. É crucial aprofundar a compreensão desses elementos para interpretar e promover o desenvolvimento territorial de maneira significativa e sustentável. A integração das concepções de desenvolvimento e território revela a amplitude das características sociais que produzem vínculos, criando noções de comunidade com identidade político-cultural e redes de cooperação dialógica e participativa.

Por fim, o texto buscou provocar uma reflexão sobre os conceitos de desenvolvimento e território, com o intuito de abrir novos horizontes e propor caminhos mais inclusivos e sensíveis para políticas públicas alinhadas com as realidades locais. A compreensão desses conceitos de forma desmembrada revela não apenas sua relevância, mas também a complexidade das interações entre sociedade, espaço e tempo na construção e/ou manutenção de comunidades mais dialógicas, sustentáveis e independentes.

Referências bibliográficas

BOISIER, S. Desarrollo territorial y descentralización. El desarrollo en el lugar y en las manos de la gente. *Revista EURE*, v. XXX, n. 90, p. 27-40, set. 2004.

DEMATTEIS, Giuseppe. Possibilità e limiti dello sviluppo locale, *Sviluppo locale*, I, I, Firenze, 1994, p. 10 -30.

DEMATTEIS, Giuseppe. *Progetto implícito*. Il contributo della geografia umana alle scienze del territorio. Milano: Angeli, 1995.

DEMATTEIS, Giuseppe. Zeus, le ossa del bue e la verità degli aranci. Biforcazioni geografiche, *Rivista dell'Associazione Italiana Insegnanti di Geografia*, anno LIII, serie VIII, n. 3-4, 2008.

KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Trad. Célia Neves e Alderico Toríbio. 7. ed. 250 p. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

KROPOTKIN, P. *Ajuda mútua: um fator de evolução*. Tradução Waldyr Azevedo Jr. São Sebastião: A Senhora Editora, 2009.

KROPOTKIN, P. *Fields, factories and workshops*. 2002.

PECQUEUR, B. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do sul. *Raízes*, v. 24, n. 01 e 02, p. 10-22, 2005.

SAQUET, Marcos. *Consciência de classe e de lugar, práxis e desenvolvimento territorial*. 1. Ed. – Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

SAQUET, Marcos. *O território: a abordagem territorial e suas implicações nas dinâmicas de desenvolvimento*. IGepec: Toledo v.23, p. 25-39, 2019

SAQUET, Marcos. *Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial*. 2.Ed. – Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

Caio Cezar Cunha

Realiza pós-doutoramento em Geografia na Universidade Estadual de Londrina. Doutor pelo programa de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina. Possui mestrado em Geografia e graduação em Geografia (bacharelado e licenciatura) pela Universidade Estadual de Londrina. Tem

experiência na área de cartografia, território e políticas públicas com ênfase em participação popular e práxis territorial.

E-mail: caiocezar.cunha@uel.br

Currículo lattes: <https://lattes.cnpq.br/6067197662297453>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4277-0199>

Recebido para publicação em maio de 2024.

Aprovado para publicação em junho de 2024.